

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.581.394 - SP (2019/0270830-1)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : H Z DA S (MENOR)
REPR. POR : S DA S J
ADVOGADO : ALAN GUSTAVO DE OLIVEIRA - SP237936
AGRAVADO : AIR EUROPA LINEAS AEREAS SOCIEDAD ANONIMA
ADVOGADOS : FLORIMAR DOS SANTOS VIANA - BA013902
DARLAN DA SILVA SANTOS - BA031187
AGRAVADO : TAM LINHAS AÉREAS S/A
ADVOGADO : FABIO RIVELLI - SP297608
AGRAVADO : WIK VIAGENS E TURISMO LTDA
ADVOGADOS : ALEXANDRE SUTKAWICIUS - SP174258
OSWALDO SUTKAWICIUS - SP078643

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E RECURSO ESPECIAL MANEJADOS SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. LIVRE MOVIMENTAÇÃO DOS VALORES PELOS GENITORES. PRESCINDIBILIDADE DE JUSTIFICAÇÃO IDÔNEA. FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA Nº 283 DO STF. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

H.Z.DA.S., representado por S. DA S. J (H.Z.DA.S.) propôs ação contra AIR EUROPA LINEAS AEREAS SOCIEDAD ANONIMA (AIR EUROPA), TAM LINHAS AÉREAS S.A. (TAM) e WIK VIAGEM E TURISMO LTDA. (WIK VIAGEM), visando ao recebimento de indenização, pelos danos morais e materiais sofridos, em decorrência de cancelamento de voo da AIR EUROPA, parceira comercial e operacional da TAM, com intermédio da agência de turismo WIK VIAGEM, que o impediu de participar de um campeonato de futebol, representando o Brasil no mundial da categoria sub-13, na cidade de Plomelin, na França.

O Juízo de primeira instância acolheu a preliminar de ilegitimidade passiva e julgou extinto o feito, em relação a TAM e WIK VIAGEM, nos termos do art. 485, VI, do NCPC. E condenou H.Z.DA.S. ao pagamento de honorários advocatícios arbitrados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para cada parte requerida, observada a concessão dos benefícios da justiça gratuita. No mais, o pedido foi julgado procedente, para o fim de condenar AIR

Superior Tribunal de Justiça

EUROPA ao pagamento da importância de R\$ 4.886,46 (quatro mil, oitocentos e oitenta e seis reais e quarenta e seis centavos), corrigida monetariamente pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, desde a data do desembolso feito pela parte autora e o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), corrigido pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desde a data da prolação da sentença, acrescido de juros de mora de 1% ao mês, desde a citação, a título de danos morais. Em razão da sucumbência, a parte ré foi condenada ao pagamento das custas e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor corrigido da condenação (e-STJ, fls. 299/303).

O Tribunal Bandeirante negou provimento ao recurso de apelação de H.Z.DA.S., majorando os honorários advocatícios para R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), por equidade (e-STJ, fls. 455/469).

Os embargos de declaração opostos por H.Z.DA.S. foram rejeitados (e-STJ, fls. 484/488).

Em razão do pagamento efetivado, com a concordância da parte exequente, foi julgada extinta a fase de cumprimento de sentença, determinada a expedição da guia de levantamento do depósito, apenas dos valores referentes aos honorários do patrono da parte exequente, mantendo-se o saldo remanescente para levantamento oportuno pela parte autora, após completar 18 anos, ou por meio de alvará (e-STJ, fl. 543).

O Tribunal Bandeirante negou provimento ao recurso de apelação de H.Z.DA.S., com a seguinte ementa:

Apelação - Ação indenizatória - Sentença de extinção do feito, em virtude do adimplemento da obrigação - Autor menor de idade - Pretensão de reforma, para fins de levantamento do valor referente à condenação, depositado em juízo pela ré - Inadmissibilidade - Autonomia na administração dos bens que é limitada, em nome da preservação dos interesses do menor - Ausência de motivação idônea a autorizar o acolhimento da pretensão - Inteligência dos arts. 1.689 e 1.691, do Código Civil - Patrimônio do menor que não se confunde com o dos genitores - precedentes - Sentença mantida - Recurso ao qual se nega provimento (e-STJ, fl. 638).

Irresignado, H.Z.DA.S. interpôs recurso especial (e-STJ, fls. 650/685), com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, alegando violação do art. 1.689, II, do CC, ao sustentar que **(1)** os seus pais, no exercício do poder familiar, têm o direito e o dever de soerguer e administrar a indenização depositada, nestes autos, em seu favor. E que o citado art. 1.691 do CC prevê restrição para a alienação de bens "imóveis" e

Superior Tribunal de Justiça

nada há nos autos que justifique a infundada suspeita de que os seus pais contrairão obrigações, em seu nome, que ultrapassem os limites da administração; e, (2) divergência jurisprudencial.

As contrarrazões ao recurso especial foram apresentadas (e-STJ, fls. 689/702).

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo inadmitiu o apelo nobre diante da (1) falta de demonstração da vulneração ao dispositivo infraconstitucional arrolado; (2) incidência da Súmula nº 7 desta Corte; e, (3) falta de demonstração da similitude de situações com soluções jurídicas diversas entre os acórdãos paragonado e paradigmas (e-STJ, fls. 711/712).

Nas razões do agravo em recurso especial, H.Z.DA.S. aduziu que (1) houve usurpação da competência do Superior Tribunal de Justiça; (2) não se aplica, ao caso, a Súmula nº 7 do STJ; e, (3) foi comprovado o dissenso jurisprudencial (e-STJ, fls. 715/727).

A contraminuta ao agravo em recurso especial não foi apresentada (e-STJ, fl. 729).

Em atendimento ao art. 1.042, § 4º, do NCPC, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo manteve a decisão agravada (e-STJ, fl. 730).

O Ministério Público Federal apresentou parecer pelo conhecimento e provimento do recurso (e-STJ, fls. 740/744).

É o relatório.

DECIDO.

De início, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto, ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/15 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

A irrisignação não comporta acolhimento.

(1) Da suscitada ofensa ao art. 1.689, II, do CC

O Tribunal Bandeirante concluiu que apesar de os genitores exercerem o poder familiar e, nessa condição, administrarem os bens dos filhos, é preciso que justifiquem de forma idônea o levantamento do montante recebido por H.Z.DA.S., que implicará em

Superior Tribunal de Justiça

transferência de domínio, sob pena de acarretar indevida confusão patrimonial, como se pode observar dos trechos extraídos do acórdão impugnado, a seguir transcritos:

Não se se olvida que aos pais compete a administração dos bens dos filhos menores, a teor do que dispõe o art. 1.689, do Código Civil. É certo, contudo, que a autonomia para o exercício da gestão é limitada, em prol da preservação dos interesses do menor. Nesse sentido, o disposto no art. 1.691, do referido Diploma Legal [...] A despeito da ausência de previsão específica no dispositivo, é certo que o levantamento, pelo genitor, de quantia em dinheiro, depositada em favor do menor em conta judicial, à míngua de justificativa idônea, implicará transferência do domínio, poderá acarretar indevida confusão patrimonial, vedada em salvaguarda dos interesses do filho. Sabe-se que o montante permanecerá à disposição, para oportuno levantamento, estando sujeito à regular correção monetária, não havendo se falar, assim, em prejuízos ao autor. [...] A pretensão, nesse passo, nos termos em que formulada, não comporta acolhimento, ressalvada a possibilidade de novo pleito, em sede de alvará judicial, desde que pautado no atendimento das necessidades do menor, a critério do Juízo (e-STJ, fls. 640 e 642/643 – sem destaques no original)

Por seu turno, H.Z.DA.S., nas razões do recurso especial, alegou que, na qualidade de exercentes do poder familiar, os pais têm a administração dos bens dos filhos, enquanto menores. De forma que, na hipótese dos autos, não poderia aos pais ser impedida a movimentação de valores devidos ao filho. Ademais, o citado art. 1.691 do CC prevê restrição para a alienação de bens "imóveis" e nada há nos autos que justifique a infundada suspeita de que os seus pais contrairão obrigações, em seu nome, que ultrapassem os limites da administração.

Ou seja, nada mencionou sobre a administração dos bens dos filhos decorrente do poder familiar não significar liberdade de gestão, e o levantamento, pelo genitor, da quantia depositada em favor do menor, em conta judicial, à míngua de justificativa idônea, implicar em transferência do domínio, ensejando eventual confusão patrimonial.

De forma que, sem impugnar especificamente os fundamentos do acórdão recorrido, incide, à espécie, a Súmula nº 283 do STF.

A propósito, vejam-se os seguintes julgados:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. COMPRA E VENDA. ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. FORÇA MAIOR NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE EXCLUDENTE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. MULTA CONTRATUAL. INVERSÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 83 DO STJ. PRINCÍPIOS DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL E BOA-FÉ. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA Nº 283 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...]

5. A ausência de impugnação de fundamento válido e autônomo do acórdão atrai a incidência da Súmula nº 283 do STF.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 929.972/MG, de minha relatoria, Terceira Turma, j. 13/12/2016, DJe 14/2/2017 - sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO NO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ADIANTAMENTO DE CONTRATO DE CÂMBIO - ACC. NATUREZA EXTRACONCURSAL. ART. 49, §4º, DA LEI Nº 11.101/2005. SÚMULA Nº 83/STJ. TRANSCURSO DO PRAZO DE SUSPENSÃO. PLANO HOMOLOGADO. FUNDAMENTOS. SÚMULA Nº 283/STF.DECISÃO MANTIDA.

[...]

2. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não conhecimento da pretensão recursal - Súmula nº 283/STF.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.258.939/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 14/3/2017, DJe 20/3/2017 - sem destaque no original)

(2) Do dissenso jurisprudencial

Anote-se que a falta de impugnação de fundamento válido e autônomo do acórdão recorrido inviabiliza o recurso especial também pela alínea *c* do permissivo constitucional, motivo pelo qual resta prejudicado o exame da suscitada divergência jurisprudencial.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC, c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016,

Superior Tribunal de Justiça

DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, porquanto não fixados na origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

